

Tribunal Permanente dos Povos das Sementes

Brasil

NÃO HÁ POVO SEM SEMENTES, NEM SEMENTES SEM POVOS!

Chamado para mobilização

Apresentação

Você já viu a justiça formal responsabilizar as grandes empresas que se apropriam das sementes de um povo? Já viu a justiça punir quem contamina um território tradicional com transgênicos ou agrotóxicos, ou quem impede que agricultoras e agricultores mantenham suas práticas milenares de guardar, multiplicar e trocar sementes?

Pois é. A justiça oficial, infelizmente, ainda não tem responsabilizado essas violências. Na maioria das vezes, os prejuízos à saúde, as perdas das variedades crioulas e a destruição da natureza ficam nos territórios, enquanto o lucro é concentrado em poucas empresas transnacionais.

Por isso, precisamos de uma ação coletiva e popular para reagir a essas violações, visibilizar nossas denúncias à sociedade e exigir a proteção do nosso patrimônio genético. Diante desse cenário, a **Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)**, por meio do Grupo de Trabalho Biodiversidade, convoca todas as guardiãs, guardiões e organizações dos biomas brasileiros para construir a etapa brasileira do Tribunal Permanente dos Povos (TPP) das Sementes.



Você já viveu ou soube de alguma destas situações no seu território?

- [ ] Roça contaminada por transgênicos ou agrotóxicos: Suas sementes crioulas (como o milho) foram contaminadas pelas lavouras vizinhas do agronegócio ou queimadas pela pulverização de venenos?

- [ ] Apropriação de saberes e dados genéticos (Biopirataria / DSI): Pesquisadores ou empresas estiveram no território estudando cultivos tradicionais ou coletaram variedades e sequenciaram suas informações genéticas sem autorização da comunidade?

- [ ] Leis restritivas e proibições de trocar ou vender sementes: Alguém tentou fiscalizar, apreender sementes crioulas ou proibir sua circulação na feira exigindo registros industriais, patentes ou regras de certificação baseadas no modelo UPOV?

- [ ] Violência, Ameaças e Desrespeito à Consulta Prévia (CLPI): Empresas ou governos avançaram sobre o território sem respeitar o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) ou fizeram pressões e ameaças contra quem defende a terra e as sementes?

Se você disse "SIM" a qualquer uma dessas perguntas, a sua vivência é uma prova real de violação de direitos! Ela é passível de denúncia e precisa ser julgada ético-politicamente pelo Tribunal Permanente dos Povos!

Nesta cartilha mobilizadora, apresentamos as informações essenciais sobre o que é o TPP, por que ele está sendo construído no Brasil e como a sua comunidade pode organizar uma sessão do TPP no seu território!

Este material foi feito para circular e gerar diálogo nas bases. Leve esta cartilha para as reuniões do seu sindicato, associação, cooperativa, grupo de mulheres ou comunidade rurais e tradicionais e se prepare para participar conosco desta jornada!

O que é o Tribunal Popular dos Povos?

Não tenha receio do nome! O Tribunal Permanente dos Povos (TPP) não é um tribunal comum!

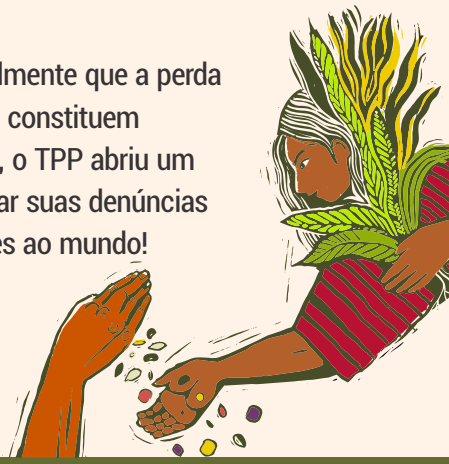
Ele não pertence aos governos nem à Justiça formal; é um **tribunal ético e internacional de opinião**, fundado em 1979 em Roma. Ele foi criado pelos próprios movimentos sociais do mundo para escutar e julgar graves violações contra os direitos humanos e da natureza que não encontram respostas ou justiça nos tribunais oficiais.

Ao longo de mais de quatro décadas, o TPP já realizou mais de 50 sessões ao redor do mundo, consolidando uma linha de investigação voltada aos crimes de Estado, crimes corporativos, econômicos e ecológicos. No Brasil, o tribunal já realizou sessões de grande relevância histórica e política, como o Tribunal em Defesa dos Territórios do Cerrado e o Tribunal da Amazônia Brasileira, que denunciaram as violências do agronegócio e a destruição dos ecossistemas vitais para as comunidades rurais e tradicionais.

Embora as decisões do TPP não tenham força jurídica vinculante nem poder de prisão, suas sentenças têm imenso peso ético, moral e político no âmbito internacional. As resoluções e dossiês produzidos no processo servem para tirar as violações da invisibilidade, fornecer subsídios técnicos e jurídicos para a incidência política e fortalecer a capacidade de resistência e de mobilização dos povos e movimentos sociais.

Em 2025, movimentos sociais e organizações de todo o mundo (como o *Colectivo de Semillas de América Latina* e a campanha internacional *Stop UPOV*) procuraram o TPP para pedir ajuda e denunciar o que está acontecendo com as sementes no mundo. As organizações propuseram uma sessão inicial, que ocorreu em Cartago, na Costa Rica, no início de 2026, com a apresentação de diversas denúncias de todo o mundo, especialmente provenientes dos países do Sul Global.

Após ouvir os relatos, o Tribunal declarou oficialmente que a perda do direito às sementes e a violência corporativa constituem violações estruturais à vida dos povos. Por isso, o TPP abriu um processo mundial e convidou o Brasil a organizar suas denúncias para levar a voz das nossas guardiãs e guardiões ao mundo!



Por que o TPP é necessário?
As ameaças às nossas sementes

O TPP foi convocado porque corporações e governos tentam impor um modelo produtivo que transforma a vida em mercadoria.

Queremos reunir relatos e denúncias do que está acontecendo na sua comunidade, como:

Contaminação por transgênicos (OGMs): O avanço dos cultivos geneticamente modificados e a contaminação das nossas sementes crioulas.

Pacotes químicos e agrotóxicos: O envenenamento dos solos, das águas e dos plantios tradicionais associados às monoculturas transgênicas.

Novas tecnologias de cercamento: O avanço das técnicas de edição genômica e gênica e a apropriação digital das sementes, sem a consulta e o consentimento das comunidades.

Leis restritivas e privatização: Leis de propriedade intelectual, certificações obrigatórias e normas que proíbem ou criminalizam o direito histórico de guardar, trocar e comercializar sementes crioulas.

Violação de direitos: A falta de respeito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e a violência contra lideranças e defensores e defensoras da agrobiodiversidade.

E como participar?

Você não precisa ter conhecimento técnico nem contratar um advogado!

O Tribunal Permanente dos Povos é um processo feito pelo povo e para o povo, com formato flexível e adaptável às possibilidades de cada grupo.

Para participar, basta que sua comunidade, sindicato, associação, movimento social ou rede de agroecologia se inscreva no formulário (disponível abaixo) e se organize coletivamente para realizar uma sessão do TPP em seu próprio território.

Para ajudar a organizar esse momento, o GTBio/ANA lançará a **Cartilha orientadora** e realizará uma **live de lançamento nacional em novembro**, apresentando o passo a passo completo e respondendo a todas as dúvidas ao vivo.



Como é uma sessão do TPP nos territórios?

A sessão pode ser realizada na sua comunidade, em formato de roda de conversa ou assembleia popular, e deverá ser estruturada em três momentos principais:

1º MOMENTO

Acolhida e memória das Sementes: a comunidade relembra a história e o valor das sementes crioulas, tradicionais e nativas cultivadas no território, destacando a sabedoria das guardiãs e dos guardiões.

2º MOMENTO

Escuta das violações e ameaças: momento de ouvir quem sofreu com contaminação por transgênicos, envenenamento por agrotóxicos, proibições de troca de sementes ou o avanço do agronegócio sobre a terra.

3º MOMENTO

Reunião de provas: O grupo decide coletivamente quais denúncias e relatos serão registrados e organizados para envio à comissão do TPP Brasil.

Quais provas e documentos podemos juntar na seção do TPP?

O Tribunal Permanente dos Povos considera todos os relatos e provas. A comunidade pode juntar o material que tiver disponível, como:

Vídeos, depoimentos em áudio: Gravados no celular com a fala das agricultoras, agricultores, pajés, lideranças ou atingidos, ou filmagens mostrando na prática os impactos da contaminação e de outras violações no território.

Fotos e mapas: Imagens das roças afetadas (se houver registros do antes e depois da contaminação), fotos das sementes afetadas, dos impactos dos venenos ou desenhos e mapas comunitários do território.

Ficha simplificada de casos: Um formulário simples, que será disponibilizado após a inscrição da comunidade, preenchido no dia da reunião com os dados do local, a história do conflito e quem causou a violação.

Documentos e laudos locais: Atas de reuniões comunitárias, notícias, notificações, laudos agronômicos ou resultados de testes de transgenia, caso a comunidade possua.

O TPP e as organizações promotoras garantem o cuidado e o respeito à segurança e ao sigilo da identidade de todas as pessoas e comunidades participantes.

Nosso percurso

A construção do Tribunal vai acontecer junto com a construção do V Encontro Nacional de Agroecologia (V ENA), previsto para final do 1º semestre de 2027, em Foz do Iguaçu (PR):

19 de novembro de 2026 Lançamento da Campanha Nacional: Reunião aberta ao vivo na internet para explicar como será o processo de mobilização nacional e organização das sessões nos territórios.

Dezembro de 2026 a Março de 2027 - Sessões Territoriais Descentralizadas: Realização de sessões descentralizadas do TPP nas comunidades para levantamento de relatos, vídeos, mapas e denúncias (envio de casos até 22 de março de 2027).

Março de 2027 - Encontro Nacional em Brasília: Encontro da comissão do GT Biodiversidade/ANA para reunir e sistematizar todas as denúncias no Dossiê das Sementes do Brasil.

Abril de 2027 - Envio a Roma: Entrega oficial do Dossiê do Brasil à Secretaria Internacional do TPP na Itália.

Junho de 2027 - Grande Encontro no V ENA (Foz do Iguaçu): Realização da Plenária dos Povos em defesa das sementes e da agrobiodiversidade, no V Encontro Nacional de Agroecologia, em Foz do Iguaçu.

E por que é importante você participar?

Embora o TPP não emita uma sentença com punição judicial imediata para os violadores, sua decisão possui um peso ético e político histórico!

- **Dá visibilidade:** Torna públicas as denúncias de contaminação e destruição que o agronegócio tenta esconder.
- **Fortalece a luta local:** Organiza a comunidade, registra sua história e valoriza aquelas e aqueles que, historicamente, cuidam das sementes e fazem agroecologia.
- **Protege nossos territórios:** Fortalece o movimento agroecológico para pressionar o governo por leis e políticas públicas de proteção das sementes crioulas e da liberdade das guardiãs e guardiões de sementes .
- **Une a voz do Brasil à luta internacional:** Mostra que a resistência das guardiãs e dos guardiões brasileiros faz parte de um movimento global em defesa da vida e do planeta.

Aceita esse desafio?

- Participe da nossa live de lançamento nacional no dia 19 de novembro de 2026, às 19h!
- Para participar, basta preencher o formulário de inscrição: https://forms.gle/DZgK4Ry7yp666fvx7
- Ou acompanhe pelo Youtube da ANA: https://www.youtube.com/@articulacaonacionaldeagroe3288

- Preencha o formulário de adesão para os territórios interessados.

https://forms.gle/3xiBLWuutALP6w6Y8

Formulário de adesão

Enquanto isso, comece a conversar na sua comunidade: quais lembranças, memórias e afetos as sementes que cultivamos nos lembram? Quais ameaças estamos enfrentando? Que denúncias precisamos enviar ao TPP?

Dúvidas?
Fale conosco pelo e-mail:
gtbiodiversidadeana@gmail.com

Realização: Grupo de Trabalho Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia

Apoio: Terra de Direitos

Apoio financeiro: HBS

Texto: Maria Vitoria Fontolan

Revisão: Lizely Borges, Jaqueline Andrade

Diagramação: Sintática Comunicação

Realização:

GTBiodiversidade
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

Apoio:

Terra de Direitos

Apoio financeiro:

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO